

Entrevista a Ariel Rossi Griffante
Jornalista - MTE: 9.579

Corrupção e Ética na Política e Sociedade Brasileiras

SOCIOLOGIA – Fenômenos da atualidade pela ótica da estruturação da política, mídia e sociedade e suas relações

- 1- Ao retirar-se da política partidária, abrindo mão de concorrer a mandatos eletivos, em 2003, e desfiliando-se do PT em 2009, o sr. fez, no próprio gesto e em justificações, uma críticas contra o sistema político que favorece a corrupção, o fisiologismo e os interesses de grupos sobrepostos ao princípio do bem comum. Do ponto de vista sociológico, porque tais posturas são tão arraigadas na sociedade brasileira e contaminam o sistema político e instituições com tanta intensidade ao ponto de praticamente concentrarem a atuação pública a partir dessas premissas?**

Há seguramente vários fenômenos que concorreram historicamente para este resultado, mas penso que o mais importante dele seja o perfil do Estado brasileiro. O Estado no Brasil se formou antes da sociedade civil, em um processo de espelhamento do Estado português. Desde o início, tivemos um Poder Público elitista, estranho à população, excludente e especialmente violento. Esta gênese irá marcar profundamente nossa história e está longe se de superada. As características de um Estado patrimonialista descritas por Raymundo Faoro em “Os Donos do Poder” seguem operando. Neste sentido, o tema da reforma do Estado, em um sentido efetivamente republicano, é uma das urgências do Brasil o que, não por acaso, segue sendo subestimado.

- 2- Conforme a posição ideológica de quem a emite, varia a crítica que recai sobre o PT. Na sua opinião, o partido “se tornou igual aos outros”, “fez pior no governo o que criticava quando oposição” ou apenas “mostrou a verdadeira face”?**

As comparações entre os partidos brasileiros são de pouca valia porque eles se parecem muito. A principal diferença é aquela que identifica o discurso dos que querem manter o Poder e o discurso dos que desejam chegar ao Poder. Os atores são intercambiáveis. Em alguns temas, a experiência do PT no Governo Federal é melhor do que a de outros partidos; em outros, é muito pior. Os governos Lula e Dilma introduziram políticas sociais inclusivas que, apesar da sua timidez, produziram ganhos reais às camadas tradicionalmente excluídas do mercado. Neste aspecto, fizeram mais do que todos os outros.

Por outro lado, nunca tivemos desde um ponto de vista institucional, governos tão incapazes de propor reformas e tão inclinados ao cinismo e à corrupção.

3- A troca de cargos por maioria de votos no Parlamento deixa qualquer presidente, independente de partido ou ideologia, refém do Congresso (o mesmo se repete nos Estados e Municípios). E grande parte dos eleitos, independente de para qual Poder, restam comprometidos com seus financiadores de campanha. Que modelo de reforma política é necessário para corrigir esse sistema?

Seria preciso assegurar, inicialmente, que os eleitores selecionassem partidos ao invés de candidatos. A votação em listas fechadas para o Parlamento, como se faz na maioria das nações democráticas, tem as vantagens de politizar os processos eleitorais e reduzir enormemente os custos das campanhas. Talvez, para um processo de transição, fosse interessante que os eleitores tivessem dois votos para o parlamento: um no partido de sua preferência, outro em um candidato; definindo-se o número de vagas de cada agremiação pelos votos obtidos pela legenda (sem soma de votações individuais). Na prática, este sistema seria o de voto em uma lista aberta. Outro ponto fundamental é a cláusula de barreira. A liberdade de organização partidária em uma democracia deve ser a mais ampla possível e não há qualquer problema se existirem centenas de partidos no Brasil; o que não é possível é que todos os partidos tenham acesso à propaganda de rádio e TV, ao fundo partidário e possam formar bancadas sem um percentual mínimo de votação no País. Com o voto em lista e a cláusula de barreira, teríamos poucos partidos efetivos no Brasil (ainda que possam existir muitos não-efetivos). Os eleitores decidem quais são uns e outros. Neste sistema, as campanhas podem ser totalmente financiadas pelo fundo partidário, porque serão poucas e baratas. Além disso, penso que seja decisivo vedar a possibilidade de reeleição para um mesmo cargo, inclusive para o Parlamento. A representação política não poderia autorizar a perspectiva de uma “carreira”; pelo contrário, deveria ser vista como uma honraria.

4- A reforma política pode ajudar a reformar a sociedade brasileira? Ou a reforma da sociedade deve vir antes para se reformar qualitativamente a política?

Uma reforma política que qualifique a representação é condição para que outras reformas sejam exitosas. O Brasil se ressentem muito de uma elite esclarecida. Na verdade, o Brasil não passou por uma revolução iluminista e suas elites políticas e empresariais são, em regra, medíocres. Uma má reforma política, entretanto, pode tornar a sociedade ainda pior. O mesmo vale para a dinâmica oposta, quando pensamos nos efeitos que a sociedade pode causar no seu sistema político. Um nível maior de consciência social em torno de temas políticos exerce uma pressão virtuosa sobre o sistema político, mas uma

pressão social aglutinada a partir de preconceitos e demandas autoritárias pode degradar ainda mais o modelo que temos.

5- Qual sua avaliação sobre os protestos políticos pelo país, demarcados pelo movimento de 15 de março? O que acha do retraimento das manifestações, como verificado em 12 de abril?

Os protestos de março e abril foram articulados a partir da insatisfação crescente das classes médias com os governos do PT. Por bons e maus motivos, claro. Há, de um lado, um sentimento de repulsa diante da corrupção que expressa uma demanda legítima por uma “faxina ética” na política brasileira. As revelações da “Operação Lava Jato” evidenciaram que o problema é muito maior do que se pensava e que o governo e o PT são parte do problema, não da solução. De outro lado, há posições autoritárias e outras de cunho abertamente fascista que transitam pelo movimento pró *impeachment*. Penso que se os protestos fossem focados no tema da corrupção e não no *impeachment*, poderiam ter agregado mais apoio. Para isso, entretanto, as manifestações teriam que visar o sistema político não um partido ou um governo em particular. Diante dos escândalos todos, a ausência de mobilizações de rua e de protestos seria algo lamentável. Para o Brasil, é melhor que as ruas se encham de protestos do que de desesperança.

6- O movimento começou apartidário, contrário à corrupção e à leniência governamental, mas na ação seguinte ganhou ares de manifestação do espectro político de direita? O sr. classifica a mobilização popular ou de direita? O pedido de impeachment da presidente Dilma é um “basta à corrupção”, representado na personificação dela como símbolo do governo e do PT, como alegam os manifestantes, ou golpismo e não aceitação da derrota eleitoral, como contestam os que se opõem a este argumento?

É evidente que o núcleo ideológico das manifestações é claramente de direita. O problema é que a insatisfação popular com o governo e com a corrupção não é “de direita”. É simplesmente uma reação de quem não tolera mais o cinismo, os discursos formatados por marqueteiros e a prática reiterada de tratar as pessoas como se elas fossem incapazes. Na verdade, o sentimento antigovernista e antipetista se alastrou como um incêndio morro acima principalmente pela leniência do governo diante dos escândalos da corrupção e pela capacidade, ao que parece inesgotável, de mentir sistematicamente, até para acusar os adversários em uma campanha e, depois, fazer exatamente aquilo de que os acusava.

7- A crise política acirrou um pensamento maniqueísta e generalista no país, para o qual parece inaceitável haver concordâncias parciais, meios-termos ou consensos. Passou-se a ignorar, por exemplo, que se pode ser contra o pedido de impeachment sem que isso signifique defesa do governo ou do PT. Bem como que

discordar do governo ou do partido não refere necessariamente à adesão golpista. Como e porque chegamos a esse ponto?

Chegamos a este ponto porque, no fundo, não temos política, mas guerra. As disputas políticas são aquelas que se dão em torno de projetos, de políticas públicas, de modelos de desenvolvimento, de propostas de reforma. No Brasil, há muito, não há lutas em torno de propostas de reforma. Não há, aliás, um debate a respeito do Brasil ou um partido que esteja, de fato, propondo uma plataforma de mudanças para o Brasil. Natural que nesse deserto de ideias tenha sobrado apenas os interesses particulares, as ambições de grupo. Também por isso, os partidos foram ganhando a musculatura de máquinas vocacionadas à guerra, na melhor das hipóteses, e ao assalto ao Erário, na pior.

8- A partir disso (maniqueísmo e generalização), o sr. acredita que há espaço para uma terceira via, não apenas política, mas de pensamento e postura no país, inclusiva das virtudes dos diferentes lados, propondo uma visão e prática mais evoluída, consciente e integradora da coletividade?

Há um enorme espaço para uma terceira via no Brasil. A exaustão com a polarização PT X PSDB é imensa, mas não se forma uma alternativa política nacional apenas pela vontade de formá-la, ainda que as condições objetivas sejam muito favoráveis. Penso que as votações obtidas por Marina Silva em 2010 e 2014, sem a máquina do Estado-partido-empresarias e com tempo reduzidíssimo de TV, foram uma evidência disso. Ocorre que uma terceira via, para ser, de fato, algo substancialmente diverso das alternativas tradicionais, precisaria expressar politicamente uma ruptura com o modelo político que temos. Neste sentido, o desafio equivale a refundar a política no Brasil.

9- Uma terceira via nesses moldes vingaria como proposta política, ou ainda não estamos maduros, como sistema e sociedade, para levar isso às instâncias administrativas? A saída para a construção e reforma social estão fora da disputa política? Como equilibrar isso com a necessidade de interseção com a gestão pública?

Qualquer proposta política séria no Brasil precisa, inicialmente, apresentar sua visão de Estado. A receita que se tornou tradicional à direita – Estado mínimo, maximização dos lucros, desregulamentação etc – é totalmente irresponsável e conduziu as nações que a adotaram a crises graves. Por outro lado, as posições tradicionalmente sustentadas à esquerda desprezam os desafios da Reforma do Estado, conduziram os movimentos sociais a um impasse e afirmaram uma visão corporativista que tem sido incapaz de construir saídas.

10- Como o sr. interpreta o recrudescimento de um discurso ultraconservador nas manifestações, como a reivindicação de intervenção militar, as acusações de que é preparado um ‘golpe comunista’ no Brasil e até o surgimento de um conflito de classes,

com o discurso aversivo de parte da classe média e média alta aos pobres recebedores do Bolsa-Família (generalizados como ‘vagabundos’)?

Nos seus áureos tempos, o fenômeno político representado pelo PT pautou temas centrais na agenda política do Brasil como a ética na política e a crítica à exclusão e às desigualdades sociais. Este discurso e a derrota da ditadura militar colocaram a extrema-direita na defensiva. A estratégia da turma que havia apoiado a tortura foi a de mergulhar para não ser notada. Durante duas décadas, o fascismo foi, assim, constrangido e mesmo as posições mais conservadoras passaram a falar em nome da democracia. A desmoralização do PT – que arrasta consigo toda esquerda – acordou o monstro. Agora, é possível ser fascista sem constrangimento algum. Quando um projeto de dimensões históricas como aquele que o PT representou naufraga – e é disso que estamos tratando, de um naufrágio de proporções mediterrâneas - a extrema-direita é a principal beneficiária. Não estou descrevendo, bem entendido, um processo de derrota política. Fosse isso, o monstro continuaria hibernando. O que ocorreu não foi uma derrota, foi um processo de deslegitimação de um discurso percebido como fraudulento.

11- Muito desse discurso é o mesmo que embasa críticas à atuação, por exemplo, dos movimentos por Direitos Humanos. O que o sr. pensa quando ouve críticas como “Direitos Humanos são só para bandidos” e debates sobre a violência reduzidas a discussões como a redução da maioria penal? Falta maturidade e conhecimento e sobra vontade de opinar com pouco conhecimento de causa e visão egocêntrica nesses argumentos?

No caso, nos falta civilização. No Brasil, as posições situadas à direita e à esquerda são frequentemente autoritárias, oportunistas e anti-humanistas. Os chamados “formadores de opinião” e boa parte da imprensa são igualmente descomprometidos com a democracia e com os Direitos Humanos. Para agravar o quadro, nossa cultura despreza o saber científico e partimos do pressuposto de que é possível sustentar opiniões sem o amparo de evidências. O processo tem agregado, cada vez mais, ameaças à democracia porque se soma à despolitização reinante e às dinâmicas de ódio e intolerância decorrentes. O caso da redução da idade penal é um ótimo exemplo de um processo sistemático de desinformação que agencia uma estupidez sem fim. Se pensarmos em nossas prisões, teremos, possivelmente, o exemplo mais acabado de uma instituição perversa, com características destrutivas, especializada em formar fações criminais perigosas e totalmente incapaz de dar conta de sua missão ressocializadora frente aos condenados adultos. Entretanto, é para esta instituição que pretendemos enviar jovens de 16 anos. O processo denota uma dificuldade radical de pensamento, condição que, como o assinalou Hannah Arendt, é a origem do mal extremo.

12- O discurso extremista prejudica uma tomada de providências mais efetiva? Por que, de um lado, o governo foca-se em contrapor os

excessos e deixa de dar atenção à legitimidade das contestações à corrupção e má condução administrativa; e, de outro, as pautas mais consistentes dos protestos perdem visibilidade perante o radicalismo.

O governo Dilma se desconstituiu. A rigor, não há governo, mas uma estrutura reativa dirigida por síndicos. O Governo Federal não tem capacidade de oferecer ao Brasil uma pauta de reformas institucionais porque não se preocupa com isso, mas exclusivamente em como se mantém de pé. É um boxeador que se acostumou a bater abaixo da cintura de seus adversários e que, agora, está nas cordas, recebendo golpes altos e baixos. Seus mais importantes aliados integram a escória da política brasileira e parte de seus dirigentes é formada por deficientes morais. Por isso, penso que é ingenuidade imaginar que uma estrutura dessas possa dar resposta efetiva à corrupção.

13- No seu entendimento, houve manipulação da grande mídia resultando no 15 de março? Ou os defensores do governo e do PT usam esse argumento para reduzir o que foi um ato social amplo a uma manifestação induzida por interesses políticos?

O poder da mídia de agenciar mobilizações é um conto de fadas. A mídia tradicional pode manipular a opinião pública – e o faz com certa frequência – mas não ataca trem, nem fabrica um. O tom da maioria dos veículos tradicionais da mídia é claramente anti-PT e anti-governo. O governo, claro, se preocupa com isso. Estranho é que não se preocupe com o festival de baixarias que as empresas de comunicação patrocinam em canais que são concessões públicas. Os governos do PT não tomaram uma atitude sequer para garantir o cumprimento da missão constitucional dos meios de comunicação social (entenda-se, nos termos da CF, rádios e TVs). Aqui como em muitas outras áreas foram totalmente conservadores.

14- As redes sociais ampliaram as possibilidades de expressão, ao ponto de propiciar a qualquer indivíduo a oportunidade de se tornar um produtor e disseminador multimídia de opinião e conteúdo. Nunca tantos puderam ter voz, contudo, verifica-se um baixo nível de qualidade no debate político, em termos de troca construtiva de ideias, bem como amplificação do uso calunioso ou até mentiroso da informação. Qual sua avaliação sobre a postura do brasileiro nas redes sociais? Ela são caminho para a independização do pensamento massificado pela grande mídia? Ou um risco à qualidade da informação pela falta de compromisso jornalístico com o que é propagado?

Quando a Internet surgiu, pensávamos que ela iria deflagrar um processo de democratização radical do acesso à cultura. Finalmente seria possível, mesmo aos mais pobres o acesso à informação qualificada, ao conhecimento científico, à literatura, aos grandes filmes, às produções artísticas mais importantes etc. O que ocorreu, entretanto, foi algo substancialmente diverso. As pessoas

procuram na Internet aquilo que seus pressupostos culturais condicionam. Assim, há uma minoria mais intelectualizada de jovens das classes médias que procuram e encontram na Internet oportunidades excepcionais de formação cultural, de cursos a distância, de intercâmbio, de relações pessoais qualificadas etc. A grande maioria daqueles que estão imersos no lixo cultural da indústria cultural (para uma referência à tradição de Frankfurt) procuram e encontram mais lixo na Internet. O resultado é que, ao invés de diminuir o gap entre os mais cultos e os menos cultos, a Internet aumentou exponencialmente estas distâncias. Não se trata de uma crítica à Internet, mas de uma constatação dramática que só pode ser respondida se pensarmos em como usar melhor o potencial da rede.